

042  
2020316

4  
P&C



## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Considerando

Que o DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro veio definir o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, estabelecendo no art.º 7.º, n.º1, que os apoios financeiros atribuídos pelas Federações desportivas às Associações e aos Clubes são obrigatoriamente titulados por Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, celebrados nos termos do citado diploma.

Que a Federação de Andebol de Portugal tem por missão a representação, promoção, desenvolvimento, controlo, direção e regulamentação da prática de Andebol em Portugal, em todas as suas variantes, para todos os cidadãos, nomeadamente o Andebol adaptado;

Que a atividade física e o desporto assumem um papel fundamental no processo de reabilitação, promoção e inclusão social quer no domínio motor, cognitivo, afetivo-social e psicológico;

Que a Federação de Andebol de Portugal criou o **Programa Andebol 4 All** que tem como objetivo a implantação e promoção do Andebol junto de todos os cidadãos, independentemente da sua condição, e que se caracteriza pela inclusão de 4 subprojectos: andebol em cadeira de rodas, para deficiência intelectual, para deficiência auditiva e para cidadãos privados de liberdade;

Que foi celebrado, em 28 de Outubro de 2015, um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – n.º CP/255/DD/2015 - entre o Instituto do Desporto de Portugal, I.P. o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. e a Federação de Andebol de Portugal, constituindo objecto desse contrato a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina a participar a organização pela FAP das atividades constantes do Projeto “Andebol 4 All”





MF AF

2015" que a **FEDERAÇÃO** se propõe levar a efeito e sem prejuízo de outros Contratos-programa que se venham a celebrar para o mesmo fim.

É, assim, celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, para a época desportiva de 2015/2016, de acordo com os artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto) no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Entre:

**A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL**, Pessoa Colectiva de Direito Privado e Utilidade Pública Desportiva, contribuinte fiscal nº 501 361 375, com sede na Calçada da Ajuda, 63-69, em Lisboa, adiante designado por Federação, representada neste acto pelo Presidente, Dr. Ulisses Pereira e pelo Vice-Presidente, Dr. Ricardo Andorinho

E a Associação /o Clube:

**VITÓRIA FUTEBOL CLUBE**, NIPC 500969159 com sede no Estádio do Bonfim – 2900-001 em Setúbal, representado neste acto pelo elemento da Direcção, o Sr. Mário Jorge Piedade Raposo (Coordenador da Secção), com poderes para o acto,

Nos termos das cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA 1<sup>a</sup>**

##### **Objecto do contrato**

1. Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira por parte da Federação à Associação / ao Clube identificado supra, a qual se destina a comparticipar o programa de encargos com as suas actividades incluídas e constantes do





*MF*  
*AFC*

Projeto “Andebol 4 All 2015” e outros Contratos-programa que se venham a celebrar para o mesmo fim, que a **FEDERAÇÃO** se propõe levar a efeito.

2. O conteúdo dos programas de desenvolvimento desportivo a que o Clube se vincula obedece ao disposto nos artigos 11.º, 12.º e 15.º do DL n. 273/2009, com as devidas adaptações.

## **CLÁUSULA 2<sup>a</sup>**

### **Período de vigência do contrato**

O presente Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo retroage os seus efeitos ao dia 1 de Agosto de 2015 e cessa a sua vigência em 31 de Julho de 2016.

## **CLÁUSULA 3<sup>a</sup>**

### **Apoios e Comparticipação Financeira**

1. A comparticipação financeira a prestar pela **FEDERAÇÃO** à Associação / ao Clube, para efeitos do apoio público ao programa de encargos com as actividades constantes do Projeto “Andebol 4 All 2015” e outros Contratos-programa que se venham a celebrar para o mesmo fim, nos termos do referido na cláusula 1.<sup>a</sup>, para a época 2015/2016, é de € 1.000,00 (mil euros).

2. O montante estipulado no número anterior será colocado à disposição da Associação /do Clube à medida que for sendo disponibilizado pelo IPDJ,I.P. à Federação, no âmbito da execução financeira do supra mencionado Contrato Programa n.º CP/255/DD/2015 e outros Contratos-programa que se venham a celebrar para o mesmo fim.



3. A não entrega, por parte da Associação/do Clube, dos documentos de suporte contabilístico e de despesa a que se refere o presente Contrato Programa, determina a suspensão do pagamento por parte da Federação até que aquele cumpra com o estipulado, e se necessário, o cancelamento das comparticipações financeiras atribuídas pela Federação.

4. A alteração dos fins a que se destina a comparticipação financeira prevista neste contrato só poderá ser feita mediante autorização da Federação.

5. Os apoios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato-programa encontram-se exclusivamente afectos aos fins estabelecidos na cláusula 1.<sup>a</sup>

#### **CLÁUSULA 4<sup>a</sup>**

##### **Obrigações da Associação/do Clube**

1. São obrigações da Associação/do Clube:

- a) Cumprir com todas as finalidades compreendidas no objecto do Contrato, descritas na cláusula 1.<sup>a</sup> e executar o programa de desenvolvimento desportivo aqui previsto;
- b) Prestar todas as informações relativas ao acompanhamento da aplicação das verbas confiadas para o fim objeto do presente contrato-programa, nos termos do disposto no artigo 19.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 273/2009, de 1 de outubro;

2. Constituem, ainda, obrigações especiais da Associação/do Clube cumprir com todas as obrigações decorrentes dos Estatutos e Regulamentos da Federação, nomeadamente as normas de natureza financeira, bem como as decorrentes do DL n.<sup>º</sup> 273/2009, de 1 de Outubro que, pelo presente, declara expressamente conhecer.

## CLÁUSULA 5<sup>a</sup>

### **Incumprimento das Obrigações por parte da Associação/do Clube**

1. O incumprimento, por parte da Associação/do Clube, das obrigações constantes no presente Contrato Programa implica a suspensão das comparticipações financeiras por parte da Federação e se necessário, o cancelamento das comparticipações financeiras atribuídas por esta.
2. O incumprimento do disposto na cláusula 4.<sup>a</sup>, por razões não fundamentadas, e de qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor, concede à Federação o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa de desenvolvimento desportivo.
3. Sem prejuízo do estabelecido na cláusula 4.<sup>a</sup> supra, caso a totalidade da participação financeira concedida pela Federação não tenha sido aplicada na execução do programa de desenvolvimento desportivo, a Associação/o Clube obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.

## CLÁUSULA 6<sup>a</sup>

### **Fiscalização do Contrato**

1. Compete ao **IPDJ, I.P.** fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspecções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
2. As acções inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução do presente contrato-programa celebrado pela **FEDERAÇÃO** com a Associação/ o Clube identificado supra, nos termos do artigo 7.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 273/2009, de 1 de



outubro, designadamente através da realização de inspecções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa.

#### **CLÁUSULA 7<sup>a</sup>**

##### **Revisão e cessação do Contrato**

1. O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto, nos termos do artigo 21.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 273/2009, de 1 de Outubro, por livre acordo das partes, ou por alteração da regulamentação que o enquadra.
2. A cessação do contrato efectua-se nos termos do disposto no art.<sup>º</sup> 26.<sup>º</sup> do DL n.<sup>º</sup> 273/2009, de 1 de Outubro.
3. A cessação do Contrato poderá conferir direito de restituição à Federação, nos termos do art.<sup>º</sup> 29.<sup>º</sup> do DL n.<sup>º</sup> 273/2009, de 1 de Outubro.

#### **CLÁUSULA 8<sup>a</sup>**

##### **Disposições Finais**

1. Nos termos do artigo 7.<sup>º</sup>, n.<sup>º</sup> 1 *in fine*, do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 273/2009, de 1 de outubro, o presente contrato-programa será objecto de publicitação na página electrónica da Federação.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem, nos termos da Lei em vigor.
3. Da decisão arbitral cabe recurso, nos termos da Lei.



4. No demais, aplica-se o disposto nos Estatutos e Regulamentos da modalidade, bem como no Decreto-Lei supracitado.

Lavrado em duplicado, em Lisboa, em 18 de Dezembro de 2015.

